



## TERMO DE REFERÊNCIA

### AQUISIÇÃO DE GABIÕES TIPO CAIXA, ARAME DE AMARRAÇÃO E GEOTÊXTIL

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de gabiões tipo caixa, arame de amarração e geotêxtil, destinados à execução de obras de contenção, drenagem e estabilização de taludes no Município de Campo Largo/PR.

ITEM	QUANT	UNI	CÓD	CATMAT	DESCRIÇÃO	Valor unitário	Valor total
1	1.600	UN	119355	1708	GABIÃO TIPO CAIXA Malha hexagonal tipo dupla torção; Dimensões: 4,00 x 1,00 x 1,00 m (CxLxA); Dimensão da malha: 8x10 cm; Fio metálico galvanizado com revestimento em PVC; Diâmetro do fio: mínimo de 2,7 mm; Estrutura com diafragmas internos; Fornecimento desmontado (envelopes); Atender às normas: ABNT NBR 10514 (redes de aço); ABNT NBR 8964 (arames de aço).	R\$863,17	R\$1.381.072,00
2	3.000	KG	119356	441733	ARAME DE AMARRAÇÃO Tipo: arame galvanizado com revestimento em PVC; Diâmetro mínimo: 2,2 mm; Fornecimento em rolos; Aplicação: montagem e amarração dos gabiões; Padrão equivalente a G4R+P; Atender às normas: ABNT NBR 8964 (arames de aço).	R\$14,71	R\$44.130,00
3	4.600	M2	119354	427371	GEOTÊXTIL Tipo não tecido; Gramatura mínima: 200 g/m²; Função: separação, filtração e drenagem; Resistência compatível com aplicação em obras de contenção; Atender normas aplicáveis da ABNT.	R\$6,04	R\$27.784,00
TOTAL: R\$1.452.986,00							

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da legislação vigente.





**1.4.** A contratação poderá ser formalizada por meio de Registro de Preços, com vigência de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.6.** A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.7.** Em atendimento ao disposto no art. 48, incisos I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens cujo valor estimado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, considerando-se que tal medida não compromete a competitividade do certame e atende ao interesse público.

**1.7.1.** Não será aplicada a reserva de cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 em relação ao Item 1 – Gabião Tipo Caixa.

**1.7.2.** A não aplicação da cota reservada decorre de razões técnicas relacionadas à natureza do objeto, uma vez que os materiais licitados compõem solução estrutural integrada destinada à execução de obras de contenção, estabilização de taludes e proteção de margens. A divisão do fornecimento entre empresas distintas poderá ocasionar incompatibilidades técnicas entre os materiais, diferenças de qualidade, dificuldades de controle tecnológico e fiscalização, aumento dos custos administrativos e riscos à adequada execução das estruturas projetadas. Considerando a necessidade de uniformidade, padronização, desempenho estrutural e segurança das obras executadas, conclui-se pela inviabilidade técnica da adoção da cota reservada para o referido item.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/06/2026 08:58 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa6763a69ea0d2>



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, que está disponível no Portal Nacional de Compras Públicas e pode ser consultado pelo seguinte link:

<https://pncp.gov.br/app/pca/76105618000188/2025>.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**



**3.1.** A descrição da solução proposta para a futura e eventual aquisição de gabiões tipo caixa, arames de amarração e geotêxtil deve contemplar não apenas a necessidade imediata de fornecimento dos materiais, mas também considerar o ciclo de vida dos produtos, abrangendo desde sua fabricação até sua aplicação e destinação final, observando critérios de qualidade, durabilidade, eficiência e sustentabilidade.

#### **3.1.1.** Contexto e Justificativa.

A futura e eventual aquisição de gabiões tipo caixa, arames de amarração e geotêxtil é fundamental para a execução de obras de contenção, estabilização de taludes, proteção de margens, drenagem e recuperação de áreas sujeitas a processos erosivos no Município de Campo Largo/PR.

Os gabiões constituem solução amplamente empregada em obras de engenharia geotécnica e infraestrutura viária, apresentando elevada durabilidade, flexibilidade estrutural e eficiência hidráulica, permitindo a adequada drenagem das águas e reduzindo riscos de erosão, deslizamentos e danos à infraestrutura pública.

A utilização de geotêxtil como elemento filtrante e separador complementa a solução técnica adotada, proporcionando maior estabilidade e desempenho das estruturas executadas.

A contratação por meio de procedimento licitatório possibilita maior economicidade, competitividade e transparência na aplicação dos recursos públicos, assegurando o atendimento das demandas contínuas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária.

#### **3.1.2.** Ciclo de Vida dos gabiões, arames de amarração e geotêxteis

##### **3.1.2.1.** Fases do Ciclo de Vida

**3.1.2.1.1.** Produção: A fabricação dos gabiões, arames de amarração e geotêxteis deverá atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, garantindo qualidade, resistência mecânica, durabilidade e segurança estrutural.

Os materiais utilizados deverão possuir proteção adequada contra corrosão, incluindo galvanização e revestimento em PVC, assegurando maior vida útil às estruturas implantadas.

**3.1.2.1.2.** Transporte: O transporte dos materiais deverá ocorrer de forma adequada, garantindo a integridade física dos produtos até o local de entrega, evitando deformações, danos aos revestimentos e perdas de material.

A logística de fornecimento deverá permitir entregas parceladas conforme demanda da Administração, visando eficiência operacional e redução de custos de armazenamento.

**3.1.2.1.3.** Instalação: A instalação e montagem dos gabiões deverão observar as boas práticas de engenharia e as especificações técnicas aplicáveis, garantindo estabilidade, drenagem e desempenho adequado das estruturas executadas.

O uso correto do geotêxtil e dos arames de amarração é indispensável para assegurar a integridade estrutural e a durabilidade do sistema de contenção.

**3.1.2.1.4.** Manutenção: As estruturas executadas com gabiões demandam baixa necessidade de





manutenção, porém deverão ser realizadas inspeções periódicas para verificação das condições estruturais, estabilidade do terreno e integridade dos materiais.

A adequada manutenção preventiva contribui para prolongar a vida útil das obras e minimizar custos futuros de recuperação.

**3.1.2.1.5.** Descarte: Ao término da vida útil das estruturas, deverá ser priorizada, sempre que possível, a reutilização e reciclagem dos materiais metálicos e demais componentes, observando-se a legislação ambiental vigente e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

### **3.1.3. Objetivos da Aquisição**

A contratação visa:

- Executar obras de contenção e estabilização de taludes;
- Recuperar áreas afetadas por erosão;
- Proteger margens de cursos d'água e vias públicas;
- Melhorar os sistemas de drenagem;
- Garantir maior segurança viária e estrutural;
- Reduzir riscos de deslizamentos e danos à infraestrutura pública;
- Promover maior durabilidade e eficiência das intervenções executadas;
- Assegurar práticas sustentáveis na execução das obras públicas.

### **3.1.4. Conclusão**

A solução proposta considera todas as etapas do ciclo de vida dos materiais, garantindo não apenas eficiência e qualidade na execução das obras de contenção e drenagem, mas também observância aos princípios da economicidade, durabilidade, sustentabilidade e interesse público.

A aquisição dos materiais permitirá maior agilidade no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, contribuindo diretamente para a preservação da infraestrutura urbana e rural, segurança da população e mitigação de impactos ambientais decorrentes de processos erosivos e instabilidades geotécnicas.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**





Para garantir a eficiência, qualidade, segurança e durabilidade das obras de contenção, drenagem e estabilização executadas pelo Município de Campo Largo/PR, é fundamental estabelecer requisitos técnicos e operacionais claros para a futura e eventual aquisição de gabiões tipo caixa, arames de amarração e geotêxtil.

Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações pertinentes.

### **Práticas de sustentabilidade**

- 4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Licenciamento ambiental**

- 4.1.1.** Possuir uma política de responsabilidade social corporativa, incluindo práticas éticas de negócios, respeito aos direitos humanos e contribuições para as comunidades locais;
- 4.1.2.** Redução das emissões de carbono associados às operações da empresa, promovendo práticas sustentáveis de transporte e incentivando a compensação de emissões;
- 4.1.3.** Fontes de energia renovável em suas operações e instalações, contribuindo assim para a transição para uma matriz energética mais limpa;
- 4.1.4.** Programas de treinamento para os funcionários sobre práticas ambientais e sustentáveis, promovendo uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade;
- 4.1.5.** Alvará da empresa licitante em plena validade;
- 4.1.6.** A contratada deverá comprovar, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços e durante toda a vigência contratual:
- I – não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;
  - II – não ter sido condenada por infringir normas de combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo.

### **Qualidade dos materiais**

- 4.2.1.** Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de





Normas Técnicas – ABNT e demais legislações pertinentes.

**4.2.2.** Os gabiões tipo caixa deverão possuir características compatíveis com aplicações em obras de contenção, drenagem e estabilização geotécnica, garantindo resistência mecânica, durabilidade e proteção contra corrosão.

**4.2.3.** Os gabiões deverão ser confeccionados em malha hexagonal de dupla torção, utilizando fio de aço galvanizado com revestimento em PVC, atendendo aos requisitos mínimos de resistência e durabilidade exigidos para obras de infraestrutura.

**4.2.4.** Os arames de amarração deverão ser compatíveis com os gabiões fornecidos, possuindo galvanização e revestimento em PVC, garantindo adequada fixação e montagem das estruturas.

**4.2.5.** O geotêxtil deverá ser do tipo não tecido, adequado para funções de separação, filtração e drenagem, apresentando resistência mecânica compatível com aplicações em obras geotécnicas e de contenção.

**4.2.6.** Os materiais deverão atender, no mínimo, às seguintes normas técnicas:

- ABNT NBR 10514 – Redes de aço de dupla torção para confecção de gabiões;
- ABNT NBR 8964 – Arames de aço utilizados na fabricação de gabiões;
- demais normas técnicas aplicáveis aos materiais geotêxteis.

**4.2.7. Não serão aceitos materiais:**

- com sinais de corrosão;
- deformados;
- danificados;
- reconicionados;
- fora das especificações técnicas exigidas.

**4.2.8.** A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, fichas técnicas, catálogos, certificados de qualidade ou demais documentos comprobatórios da conformidade dos materiais ofertados.

**4.2.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

- Malha: Os gabiões tipo caixa deverão ser confeccionados em malha hexagonal de dupla torção, com dimensão mínima de 8x10 cm, garantindo resistência e estabilidade estrutural;
- Fio Metálico: Os gabiões deverão ser fabricados com fio de aço galvanizado revestido em PVC, com diâmetro mínimo de 2,7 mm, proporcionando elevada resistência mecânica e proteção contra corrosão;
- Revestimento: O revestimento em PVC deverá apresentar uniformidade e aderência adequada ao fio metálico, assegurando maior durabilidade dos materiais em ambientes sujeitos à umidade e intempéries;





- Estrutura: Os gabiões deverão possuir diafragmas internos para reforço estrutural e melhor distribuição dos esforços mecânicos;
- Arame de Amarração: Os arames de amarração deverão ser compatíveis com os gabiões fornecidos, galvanizados e revestidos em PVC, garantindo adequada fixação e montagem das estruturas;
- Geotêxtil: O geotêxtil deverá ser do tipo não tecido, com gramatura mínima de 200 g/m<sup>2</sup>, adequado para aplicações de separação, filtração e drenagem em obras geotécnicas;
- Dimensões e Tolerâncias: As dimensões dos gabiões deverão respeitar as tolerâncias estabelecidas pelas normas técnicas aplicáveis, garantindo compatibilidade e desempenho adequado das estruturas executadas;
- Acabamento e Integridade: Os materiais deverão apresentar acabamento uniforme, sem deformações, falhas de galvanização, danos ao revestimento em PVC ou quaisquer defeitos que comprometam sua utilização.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

- 4.3.** Devido a natureza do objeto, este item não se aplica, dispensando-se a aplicação do art. 41, inciso IV da Lei 14.133/21.

#### **Subcontratação**

- 4.4.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.5. Garantia da contratação**

4.5.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa complexidade do objeto a ser contratado e do fato de que o fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração e mediante emissão de ordem de fornecimento e empenho.

4.5.2. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração Pública, devendo sua aplicação observar a complexidade, vulto e os riscos envolvidos na contratação.

4.5.3. No presente caso, a contratação refere-se à futura e eventual aquisição de gabiões tipo caixa, arames de amarração e geotêxtil, destinados à execução de obras de contenção, drenagem e estabilização de taludes no Município de Campo Largo/PR, tratando-se de fornecimento de materiais comuns, com especificações objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado.

4.5.4. Considerando a natureza do objeto, a ausência de elevada complexidade técnica, bem como o





fornecimento parcelado dos materiais conforme demanda da Administração, entende-se não haver riscos significativos que justifiquem a exigência de garantia contratual.

4.5.5. A dispensa da garantia contratual busca assegurar maior competitividade ao certame, evitar custos adicionais desnecessários aos licitantes e observar os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa.

## **Vistoria**

**4.6.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local do objeto.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

#### **5.1.1.** Vigência.

**5.1.1.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contada de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**5.1.1.2.** Ocorrendo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, de que trata o item 5.1.1.1., poderá ser incluído todo o quantitativo original da referida Ata, desde que devidamente justificado no processo.

#### **5.1.2.** Local de entrega

**5.1.2.1.** Os locais de entrega dos materiais são: Parque de Máquinas, localizada na Avenida dos Expedicionários, s/nº - Itaquí - Campo Largo/PR ou em local determinado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, dentro do perímetro urbano do Município de Campo Largo, no distrito da Ferraria e nas áreas rurais dos distritos de São Silvestre e Três Córregos.

#### **5.1.3.** Prazo e condições de entrega:

**5.1.3.1.** A entrega dos materiais deverá ser feita num prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho pela licitante vencedora, conforme quantidades e locais definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária;

**5.1.3.2.** A relação da transportadora e o custo do frete são de responsabilidade da CONTRATADA e não existe valor mínimo de compra para isenção do mesmo;

**5.1.3.3.** Não há quantidade mínima para entrega. Os materiais deverão ser fornecidos conforme demanda e





necessidade da Contratante.

**5.1.3.4.** A entrega do material será fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária;

**5.1.3.5.** A(s) carga(s) em desacordo não será(ão) recebida(s) e, no caso de posterior verificação de divergência, o material ficará à disposição do fornecedor e será considerado não entregue.

**5.1.4.** O objeto deste Termo de Referência será contratado sob regime de demanda, ou seja, quando houver a necessidade por parte da Prefeitura de Campo Largo. Por tratar-se de Registro de Preços, não haverá, portanto, obrigação da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária a utilização de todos os itens listados logo que seja assinada a Ata.

## **6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 6.1.** Se for constatado alguma irregularidade nos materiais fornecidos, serão escolhidas no mínimo 2 amostras, ou conforme determinação do INMETRO, para serem encaminhadas para Laudo Laboratorial, que deverá atender todos os parâmetros propostos nas especificações vigentes;
- 6.2.** As amostras deverão ser retiradas e encaminhadas para laudos, na presença de um representante da Contratante e outro da Contratada;
- 6.3.** A Contratada arcará com os custos dos ensaios solicitados (incluindo o transporte ao laboratório e remoção dos restos);
- 6.4.** Caso as amostras ensaiadas não atendam às especificações definidas nos itens anteriores e constantes na Normas da ABNT, todo o lote será devolvido e no prazo de 3 (três) dias úteis, a Contratada deverá fornecer novo lote que será submetido a mesma rotina de ensaios e julgamentos;
- 6.5.** Caso ocorram alterações nas Normas da ABNT, durante a validade da Ata de Registro de Preços, a Contratada deverá se adequar aos novos parâmetros técnicos definidos.
- 6.6.** Devido à natureza de material de consumo, não se faz necessária a previsão de serviços de manutenção preventiva e corretiva. O foco deverá estar na garantia de entrega de um produto com as especificações técnicas e de qualidade previamente estabelecidas.
- 6.7.** Em relação à assistência técnica, o fornecedor deverá disponibilizar canais eficientes de comunicação e atendimento, tais como central de atendimento, sistema de registros de chamados e orientações sobre a correta utilização do material. Essa assistência técnica deverá abranger todo o período de garantia, oferecendo suporte e soluções para quaisquer questões.





**6.8.** Essas disposições contratuais visam assegurar a qualidade do material fornecido e o pronto atendimento a eventuais problemas, de modo a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campo Largo/PR na aquisição desse material de consumo

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

### **7.1. Objetivo da Proposta**

A proposta deverá contemplar o fornecimento de gabiões tipo caixa, arames de amarração e geotêxtil, incluindo quantitativos, especificações técnicas e demais condições necessárias para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária do Município de Campo Largo/PR.

### **7.2. Especificações dos Materiais**

Os materiais ofertados deverão atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- ABNT NBR 10514 – Redes de aço de dupla torção para confecção de gabiões;
- ABNT NBR 8964 – Arames de aço utilizados na fabricação de gabiões;
- demais normas técnicas aplicáveis aos materiais geotêxteis e sistemas de contenção.

### **7.3. Qualidade dos Materiais**

Os materiais deverão ser produzidos conforme as especificações técnicas definidas pela contratante, garantindo resistência, durabilidade, estabilidade estrutural e desempenho adequado para aplicação em obras de contenção, drenagem e estabilização geotécnica.

A Administração poderá solicitar, sempre que entender necessário:

- fichas técnicas;
- catálogos;
- certificados de conformidade;
- laudos ou ensaios laboratoriais dos materiais fornecidos.

Os custos decorrentes dessas comprovações serão de responsabilidade da contratada.

### **7.4. Responsabilidades de Transporte**

O transporte, carga e descarga dos materiais serão de responsabilidade da contratada.

As entregas deverão ocorrer no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, localizado na Avenida dos Expedicionários, s/nº – Itaqui – Campo Largo/PR, ou em outro local indicado pela Secretaria, incluindo:

- perímetro urbano do Município;
- distrito da Ferraria;
- áreas rurais dos distritos de São Silvestre e Três Córregos.

### **7.5. Volume de Materiais**

A proposta deverá considerar o volume estimado de materiais necessários durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária.

O dimensionamento deverá considerar possíveis variações de demanda, garantindo capacidade de fornecimento contínuo conforme necessidade da Administração.

#### **7.5.1.**

A contratação ocorrerá sob regime de demanda, ou seja, os fornecimentos serão realizados conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Campo Largo, mediante emissão de ordem de fornecimento e nota de empenho.





#### **7.5.2.**

Não haverá quantidade mínima por entrega, devendo os materiais serem fornecidos conforme demanda da contratante.

#### **7.6. Prazo de Entrega**

A entrega dos materiais deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento pela contratada.

**7.6.1.** A contratada deverá possuir capacidade operacional e logística compatível com os prazos estabelecidos, garantindo fornecimento contínuo e adequado às necessidades da Administração.

#### **7.7. Condições de Pagamento**

As condições de pagamento estarão previstas em tópico específico deste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, observando-se os procedimentos administrativos e financeiros adotados pelo Município.

O pagamento será realizado conforme quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente atestados pela fiscalização.

#### **7.8. Reajuste**

**7.8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

**7.8.2.** Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.8.4.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **7.9. Documentação Técnica**

A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado:

- fichas técnicas;
- catálogos;
- certificados de qualidade;
- documentos comprobatórios de conformidade dos materiais fornecidos.

#### **7.10. Segurança e Meio Ambiente**

A fabricação, transporte e fornecimento dos materiais deverão observar as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e legislação ambiental vigente.

#### **7.11. Comunicação**

A contratada deverá manter comunicação efetiva com a contratante, informando eventuais atrasos, indisponibilidades ou ocorrências que possam impactar o fornecimento dos materiais.

**7.12.** As informações constantes neste item são essenciais para o adequado dimensionamento das propostas pelas licitantes, garantindo compatibilidade com as necessidades da Administração Pública e com as condições previstas neste Termo de Referência e na futura Ata de Registro de Preços.

### **8. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as





cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 8.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4.** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **9. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

- 9.1.** A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Senhores Marcelo Miranda dos Santos e Jean Diego de Moreas.
- 10.1.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços, Sr. Jean Diego de Moraes, acompanhará a execução da Ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 10.2.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 10.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 10.4.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços informará ao gestor da Ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 10.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata. (Decreto nº





11.246, de 2022, art. 22, V);

**10.6.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**10.7.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**10.8.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto.

**10.9.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**10.10.** A fiscalização acima descritas, abrange toda a rotina considerada para este fim:

**10.10.1.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamento inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**10.14.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos equipamentos locados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da Ata.

## **11. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**11.1.** O fiscal administrativo da Ata, Senhor Marcelo Miranda dos Santos, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**11.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).





**11.3.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem a Ata como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

## **12. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1.** O gestor da Ata de Registro de Preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**12.2.** O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**12.3.** O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**12.4.** O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**12.5.** O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**12.6.** O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**12.7.** O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Atas para a formalização dos





procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

### 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 13.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará a análise do desempenho e qualidade dos materiais fornecidos em consonância com as condições do fornecimento, conforme previsto no item 5.1 deste Termo, e o pagamento ocorrerá sobre a parcela efetivamente executada.
- 13.2.** O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente aceita e certificada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária de Campo Largo, de acordo com as condições estabelecidas em edital e seus anexos.
- 13.3.** O pagamento será realizado após a aferição da execução do objeto pelo responsável e atestada a sua ocorrência pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os produtos entregues.

### 13.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.4.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- I – der causa à inexecução parcial da contratação;
- II – der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – der causa à inexecução total da contratação;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução da contratação;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**13.4.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





**13.4.3.** A aplicação das sanções observará os princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **14. LIQUIDAÇÃO**

**14.1.** Para solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá acessar o portal do cidadão: [campolargo.atende.net/cidadao](http://campolargo.atende.net/cidadao) - Acessar Autoatendimento > Serviços Destaque > Nota Fiscal para Pagamento e seguir os demais procedimentos informados no arquivo “Protocolo para Pagamento”, anexo, inserindo os documentos abaixo relacionados:

- Nota de empenho;
- Nota Fiscal / Fatura / Recibo
- Solicitação de pagamento;
- Certidão de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual (Paraná);
- Certidão Negativa Municipal (Campo Largo/PR);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Outros documentos.

**14.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade (se aplicável);
- A data da emissão;
- Os dados da Ata e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução da Ata;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**14.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante devido à extrapolação do prazo de pagamento;

**14.4.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.





- 14.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 14.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 14.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 14.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.10.** O CNPJ da contratada constante na nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

## **15. PRAZO DE PAGAMENTO**

- 15.1.** A liquidação e o pagamento serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolo da nota fiscal, devidamente aferida e assinada pelo fiscal, conforme seção anterior.
- 15.2.** No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **16. FORMA DE PAGAMENTO**

- 16.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta





corrente indicados pelo contratado.

**16.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**16.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**16.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**16.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**17.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

**17.2.** O regime de execução da Ata será por sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso XLV do artigo 6 da Lei 14.133/21.

## **18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**18.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica (art. 66 da lei nº 14.133, de 2021)**

**18.2.** Comprovação de existência jurídica do licitante, através da inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, acompanhados de eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**18.3.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**18.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão





expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**18.5.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**18.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**18.7.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**18.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**18.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**18.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **18.11. Qualificação econômico-financeira**

**18.12.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**18.13.** O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR.

**18.14.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

#### **Justificativa técnica:**

Os índices de liquidez exigidos visam assegurar a capacidade econômico-financeira mínima necessária para o regular fornecimento dos materiais objeto da contratação.

A presente contratação envolve o fornecimento de gabiões tipo caixa, arames de amarração e geotêxtil





destinados à execução de obras de contenção, drenagem e estabilização geotécnica, materiais que demandam capacidade logística, armazenamento adequado, fabricação conforme normas técnicas específicas e fornecimento contínuo conforme demanda da Administração.

Os gabiões possuem grande volume físico, elevado peso e características técnicas específicas relacionadas à galvanização, revestimento em PVC e resistência mecânica, exigindo que a empresa contratada possua estrutura operacional e solidez financeira suficientes para assegurar a continuidade do fornecimento, cumprimento dos prazos de entrega e eventual substituição de materiais em desconformidade.

Além disso, o fornecimento ocorrerá de forma parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, circunstância que reforça a necessidade de demonstração de capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

A exigência dos índices contábeis mostra-se proporcional, razoável e compatível com o objeto licitado, encontrando respaldo no Acórdão TCE/PR nº 2375/2025, que admite a adoção de índices econômico-financeiros, desde que devidamente motivados e tecnicamente justificados pela Administração Pública.

#### **18.14.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**

**18.14.1.1.** Para fins de comprovação dos índices econômico-financeiros, serão observadas as seguintes fórmulas, conforme critérios contábeis adotados pela Administração Pública:

- **Liquidez Geral (LG)** =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$
- **Liquidez Corrente (LC)** =  $\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$
- **Solvência Geral (SG)** =  $\text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$

**18.14.1.2.** O atendimento dos índices deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil ou pela utilização da Calculadora Financeira disponível no portal Compras.gov.br.

**18.14.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**18.14.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**18.14.5.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**19.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$ 1.452.986,00 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e





dois mil, novecentos e oitenta e seis reais.), obtido por meio de pesquisa de preços e coleta de orçamentos.

**19.3.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no Mapa de Risco constante da Ata de Registro de Preços.

**19.4.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**19.4.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**19.4.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**19.4.3.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**19.4.4.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**19.5.** Os orçamentos colhidos quanto aos fornecedores possuem caráter sigiloso e serão tornados públicos apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

**19.6.** Salienta-se que a Administração optou por preservar o sigilo dos orçamentos até a conclusão da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, sendo que o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, nos termos do Art. 24, da Lei 14.133/21.

**19.7.** A justificativa para a opção do orçamento sigiloso dos fornecedores, observados os aspectos e características da contratação, é fundamentada no entendimento da Administração no sentido de assegurar o princípio do sigilo sobre propostas para o caso de alguma empresa que tenha fornecido orçamento para estimação da despesa participar da licitação.

**19.8.** A estimativa preliminar do valor da pretensa contratação, acompanhada do respectivo preço unitário referencial e com a indicação dos elementos que lhe dão suporte, constará de anexo classificado a este Termo de Referência, em decorrência da opção administrativa pelo orçamento estimado sigiloso (fornecedor), conforme as disposições do Art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21.





## 20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.
- 20.2.** Para atender a esta despesa, será utilizada a seguinte dotação orçamentária ou outra que a venha a substituir:
- Ação: 2010 - Manutenção de Vias Urbanas e Vicinais  
Referência: 1180 - Material de consumo  
Elemento: 3339030540000 - Material p/manutenção e conservação de estradas e vias
- 20.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Campo Largo, datado e assinado em meio eletrônico.

---

Assinatura do Gestor da Ata de Registro de Preços  
Secretário Municipal de Infraestrutura Viária

---

Assinatura do Fiscal Técnico da Ata de Registro de Preços  
JEAN DIEGO DE MORAES

---

Assinatura do Fiscal Administrativo da Ata de Registro de Preços  
MARCELO MIRANDA DOS SANTOS





CAMPO LARGO  
PREFEITURA MUNICIPAL

